

Associação de Ginástica do Norte



Estatutos

Fevereiro de 2011

Aprovados em Assembleia Geral de 14 de Fevereiro de 2011

Rectificados em Assembleia Geral de 25 de Julho de 2011

Rectificados em Assembleia Geral de 11 de Novembro de 2011

Alterados em Assembleia Geral de 24 de Janeiro de 2017

ESTATUTOS

ASSOCIAÇÃO DE GINÁSTICA DO NORTE

CAPÍTULO I

Princípios gerais

Artigo 1º

(Denominação)

A Associação, fundada em seis de Abril de mil novecentos e setenta e nove, adopta a denominação de ASSOCIAÇÃO DE GINÁSTICA DO NORTE, adiante abreviadamente designada por AGN, e rege-se pelos presentes Estatutos, pelos Regulamentos e pela legislação em vigor.

Artigo 2º

(Natureza e Princípios Fundamentais)

1. A AGN é uma pessoa colectiva de direito privado, constituída sob a forma de Associação sem fins lucrativos.
2. A AGN rege-se pelos seguintes princípios:
 - a) Princípio de liberdade de Associação;
 - b) Princípio da independência, exercendo a sua actividade com total autonomia em relação ao Estado, aos partidos políticos, às organizações religiosas ou quaisquer outras que possam implicar a perda de independência dos seus órgãos representativos;
 - c) Princípio da democraticidade, através da eleição livre e democrática de todos os seus Órgãos Sociais.

Artigo 3º

(Objecto Social)

1. A AGN tem como objectivo principal dirigir, promover, incentivar e regulamentar, na área da sua jurisdição, a prática da Ginástica Artística Masculina, Ginástica Artística Feminina, Ginástica Rítmica, Ginástica de Trampolins, Ginástica Acrobática, Ginástica Aeróbica, "Team Gym" e Ginástica Para Todos.
2. Para a prossecução do objecto social, a AGN propõe-se ainda:
 - a) Estabelecer e manter relações com a Federação de Ginástica de Portugal e com as restantes associações regionais e/ou distritais do País;
 - b) Organizar anualmente os Campeonatos Distritais e/ou Regionais e outras provas e competições, consideradas adequadas para a expansão e desenvolvimento da ginástica;
 - c) Superintender e fiscalizar as provas extra-oficiais que, por iniciativa dos seus filiados, se realizem na área da sua jurisdição;
 - d) Proteger e defender os legítimos interesses dos clubes e entidades filiadas e dos respectivos atletas;

- e) Dar publicidade, pelos meios ao seu alcance, das leis que regem a prática da ginástica.
- f) Pugnar pelo respeito dos princípios do amadorismo desportivo, de acordo com o Estatuto Olímpico.

Artigo 4º

(Duração e Sede)

1. A AGN durará por tempo indeterminado e tem a sua sede e instalações Sociais no concelho do Porto.
2. Por deliberação da Assembleia Geral, a AGN poderá mudar a sua sede para qualquer outro concelho do distrito do Porto.

Artigo 5º

(Jurisdição)

A AGN é uma Associação Territorial de Clubes, de âmbito Regional, e a sua área de competência abrange os distritos do Porto, de Braga, de Viana do Castelo e de Aveiro.

CAPÍTULO II

Insígnias, bandeira e equipamentos

Artigo 6º

(Insígnias)

As insígnias da AGN são constituídas por um emblema, simbolizando um ginasta em posição de avião, no interior de um quadrado verde, contendo ainda a sigla AGN, que corresponde à designação abreviada da Associação.

Artigo 7º

(Bandeira)

A bandeira é constituída por um rectângulo de cor branca, tendo ao centro o emblema da AGN.

Artigo 8º

(Equipamento)

1. O equipamento masculino será composto por camisola branca ou verde, calças e meias brancas, ostentando a camisola o emblema da AGN.
2. No equipamento feminino deverá predominar o tom verde, que também deverá ostentar o emblema da AGN.
3. Quando por imposição regulamentar de qualquer prova ou outro motivo justificável, for necessário mudar o equipamento estabelecido nos números que antecede, a AGN deverá adoptar um equipamento alternativo utilizando sempre as cores verde e branca, com uma ou ambas as cores.

CAPÍTULO III

Sócios

Artigo 9º

(Categorias)

1. A AGN é composta pelas seguintes categorias de Sócios:

- a) Sócios ordinários;
- b) Sócios de mérito;
- c) Sócios honorários.

2. São Sócios ordinários, os clubes e entidades praticantes das modalidades gímnicas que constituem o objecto social da AGN, e cuja admissão seja aprovada pela Direcção.

3. Poderão ser Sócios de mérito, os Sócios da AGN que hajam prestado relevantes serviços no fomento, desenvolvimento e progresso técnico da ginástica.

4. Poderão ser Sócios honorários, as pessoas, singulares ou colectivas, nacionais ou estrangeiras, que tenham prestado um contributo relevante no engrandecimento da modalidade.

5. A atribuição da qualidade de sócio de mérito ou honorário será deliberada pela Assembleia Geral, sob proposta da Direcção ou de um sócio ordinário.

Artigo 10º

(Direitos)

Entre outros, são direitos dos Sócios ordinários:

- a) Frequentar a sede e outras instalações da Associação, através dos membros dos seus Órgãos Sociais, e utilizá-las nos termos regulamentares;
- b) Receber as circulares e os comunicados editados pela Associação;
- c) Participar nas provas organizadas pela Associação, de harmonia com os respectivos regulamentos;
- d) Participar nas reuniões da Assembleia Geral, com direito a voto;
- e) Assistir, através dos membros dos respectivos Órgãos Sociais, às provas realizadas pela Associação, nas condições regulamentares;
- f) Propor à Assembleia Geral, de forma devidamente fundamentada, a atribuição da qualidade de Sócios de mérito e honorários;
- g) Requerer a convocação da Assembleia Geral, nos termos estabelecidos nos presentes Estatutos.

Artigo 11º

(Deveres)

São deveres dos Sócios ordinários, entre outros:

- a) Efectuar, pontual e atempadamente, o pagamento das quotas, taxas ou outras contribuições pecuniárias que, nos termos dos regulamentos em vigor, sejam devidas à AGN;

- b) Respeitar as normas de funcionamento da Associação, estabelecidas nos presentes Estatutos e nos regulamentos internos e cumprir e fazer cumprir as deliberações dos Órgãos Sociais;
- c) Apoiar as organizações desportivas da Associação, para que sejam convidados, e cooperar nas competições que aquela promova;
- d) Submeter à aprovação da Associação as provas extra-oficiais que realizem por sua iniciativa;
- e) Participar nas reuniões da Assembleia Geral;
- f) Contribuir para o progresso e prestígio da Associação, abstendo-se os membros dos seus Órgãos Sociais, da prática de actos ou omissões que prejudiquem os interesses materiais ou morais da Associação.

CAPÍTULO IV

Órgãos Sociais

SECÇÃO I

Disposições Gerais

Artigo 12º

(Estrutura orgânica)

A estrutura orgânica da AGN é constituída pelos seguintes Órgãos Sociais:

- a) Assembleia Geral
- b) Mesa da Assembleia Geral;
- c) Presidente;
- d) Direcção;
- e) Conselho Disciplinar;
- f) Conselho Fiscal;
- g) Conselho Jurisdicional;
- h) Fórum Gímico.

Artigo 13º

(Mandato)

1. Os titulares dos Órgãos Sociais serão eleitos pela Assembleia Geral e a duração dos respectivos mandatos é de quatro anos, devendo respeitar os ciclos olímpicos.
2. Ninguém pode exercer mais do que três mandatos consecutivos num mesmo órgão da AGN, salvo se, na data da entrada dos presentes estatutos, tiverem cumprido ou estiverem a cumprir, pelo menos, o terceiro mandato consecutivo, circunstância em que podem ser eleitos para mais um mandato consecutivo.
3. Depois de concluídos os mandatos referidos no número anterior, os titulares dos órgãos não podem assumir aquelas funções durante o quadriénio imediatamente subsequente ao último mandato consecutivo permitido.

Artigo 14º

(Actas)

1. Das reuniões dos Órgãos Sociais serão sempre lavradas actas, assinadas por todos os presentes, ou quando respeitem à Assembleia Geral, pelos titulares da respectiva Mesa.
2. As actas serão lavradas em livro próprio, para cada órgão, numerado e rubricado pelo Presidente da Mesa da Assembleia Geral, que assinará os termos de abertura e encerramento.
3. As actas serão submetidas à apreciação na reunião seguinte, podendo, nos casos em que assim for deliberado, ser aprovada uma minuta de acta, no final da respectiva reunião.

Artigo 15º

(Eleição)

1. As eleições para os Órgãos Sociais têm lugar em Assembleia Geral Eleitoral, expressamente convocada para o efeito.
2. A organização do processo eleitoral compete à Mesa da Assembleia Geral, de acordo com o regulamento eleitoral da AGN.
3. O presidente e os membros da Direcção são eleitos numa única lista, completa, e através de sufrágio secreto e directo, por maioria simples.
4. A Mesa da Assembleia Geral e os Órgãos referidos no artigo 12º, alíneas e) a g), são eleitos em listas próprias, através de sufrágio directo e secreto, de acordo com o princípio da representação proporcional e o método da média mais alta de Hondt na conversão dos votos em número de mandatos.

Artigo 16º

(Elegibilidade)

São requisitos, cumulativos, de elegibilidade para os corpos gerentes:

- a) Ser maior, não afectado por qualquer incapacidade de exercício;
- b) Estar no pleno gozo dos seus direitos civis e políticos;
- c) Não ser devedor da AGN;
- d) Não ter sido punido por infracção de natureza criminal, contra-ordenacional ou disciplinar em matéria de violência, dopagem, corrupção, racismo e xenofobia, até cinco anos após o cumprimento da pena, nem ter sido punido por crimes praticados no exercício de cargos dirigentes em associações ou federações desportivas, ou por crimes contra o património destas, até cinco anos após o cumprimento da pena, salvo se sanção diversa lhe tiver sido aplicada por decisão judicial.

Artigo 17º

(Incompatibilidades)

É incompatível com a função de titular de um órgão social:

- a) O exercício de outro cargo na AGN;
- b) A intervenção, directa ou indirecta, em contratos celebrados com a AGN;

- c) O exercício de funções como dirigente de clube ou de Associação;
- d) Técnico no activo ao serviço de qualquer de um dos seus filiados ou filiados na FGP.

Artigo 18º

(Responsabilidade)

Os titulares dos Órgãos Sociais da Associação respondem civilmente perante esta pelos prejuízos causados pelo incumprimento dos seus deveres legais ou estatutários, nos termos da Lei.

Artigo 19º

(Renúncia)

1. Os titulares dos Órgãos Sociais podem livremente renunciar aos cargos em que foram investidos, através de carta registada com aviso de recepção, dirigida ao presidente da Mesa da Assembleia Geral, com conhecimento ao Presidente do respectivo órgão, se não for o próprio.
2. No caso de renúncia ao mandato, os titulares dos Órgãos referidos nos números anteriores não podem ser candidatos ao mesmo órgão, nem nas eleições imediatas, nem nas que se realizem no quadriénio imediatamente subsequente à renúncia.

Artigo 20º

(Perda de Mandato)

1. Os titulares dos Órgãos Sociais perdem o mandato quando sejam colocados em situação que os torne inelegíveis ou relativamente aos quais se apure uma das incompatibilidades previstas na lei ou nos estatutos.
2. Perdem, ainda, o mandato os titulares dos Órgãos que, no exercício das suas funções ou por causa delas, intervenham em contrato no qual tenham interesse, por si, como gestor de negócios ou representante de outra pessoa, e, bem assim, quando nele tenha interesse o seu cônjuge, algum parente ou afim na linha recta ou até ao 2.º grau da linha colateral ou qualquer pessoa com quem viva em economia comum.

Artigo 21º

(Funcionamento dos Órgãos colegiais)

1. Os Órgãos colegiais são convocados pelos respectivos presidentes, ou pelos respectivos substitutos, que dispõem de voto de qualidade.
2. As deliberações são tomadas por maioria simples dos votos expressos dos titulares presentes, com excepção das competências da Assembleia Geral, previstas nas alíneas c) e d), do artº 25º.
3. O presidente de cada um dos Órgãos, com excepção da Direcção, é substituído em caso de ausência pelo membro mais votado ou, em caso de empate, pelo melhor colocado na respectiva lista.
4. Em caso de impedimento definitivo de um ou mais membros, os candidatos não eleitos poderão ser chamados à efectividade de funções, de acordo com a aplicação do método de Hondt, com excepção da Direcção.
5. Dos actos praticados por qualquer membro, haverá sempre recurso para o respectivo órgão colegial, salvo quanto aos actos praticados pelo presidente da Direcção no uso da sua competência própria.

6. Os Órgãos colegiais poderão elaborar regulamentos próprios de funcionamento, que serão submetidos à Direcção, para que esta proponha a sua aprovação em Assembleia Geral.

Secção II

Assembleia Geral

Artigo 22º

(Composição)

1. A Assembleia Geral é composta pelos Sócios ordinários, no pleno gozo dos seus direitos, e pelos representantes dos agentes desportivos.
2. A cada sócio ordinário é conferido o direito de designar um delegado para integrar a Assembleia Geral.
3. Os Sócios ordinários, em termos a definir no Regulamento Eleitoral, poderão ainda fazer acrescer ao direito consignado no número anterior, um número variável de delegados, em função do número de praticantes e das modalidades gímnicas em que se encontrem inscritos.
4. Os praticantes e os treinadores terão o direito a eleger, de entre os seus pares, e por cada uma daquelas categorias de agente desportivos, um número de delegados equivalente a um por cada uma das modalidades gímnicas.
5. Aos juízes é conferido o direito de eleger, de entre os seus pares, um único delegado com assento na Assembleia Geral.
6. Todos os delegados terão de estar devidamente credenciados pelos Sócios ordinários ou pelos agentes desportivos que representam, devendo fazer prova daquela qualidade junto da Mesa da Assembleia Geral, antes do início de cada reunião.
7. Os membros dos Órgãos Sociais podem estar presentes nas reuniões da Assembleia Geral na qualidade de participantes, e sem direito a voto.

Artigo 23º

(Deliberações)

1. Na Assembleia Geral não são permitidos votos por representação, nem por correspondência.
2. As deliberações para a designação dos titulares de Órgãos ou que envolvam a apreciação de comportamentos ou qualidades pessoais serão votadas por escrutínio secreto.

Artigo 24º

(Funcionamento)

1. As reuniões da Assembleia Geral são ordinárias e extraordinárias.
2. A Assembleia Geral é convocada pelo Presidente da Mesa, por comunicação escrita e publicação no sítio da Associação na internet, com a antecedência mínima de dez dias para as reuniões ordinárias e de cinco dias para as reuniões extraordinárias, com indicação do dia, hora e local da reunião, da ordem de trabalhos e acompanhada dos respectivos documentos, se os houver.

3. A Assembleia Geral só poderá constituir-se, em primeira convocatória, quando esteja presente a maioria dos delegados ou, em segunda convocatória, trinta minutos depois, qualquer que seja o número dos delegados presentes.

4. A Assembleia Geral reúne ordinariamente:

- a) Anualmente até 15 de Dezembro, para aprovação do plano de actividades e orçamento, apresentados pela Direcção para o ano seguinte;
- b) Anualmente até 31 de Março, para aprovação do relatório de actividades, balanço e documentos de prestação de contas da Direcção, relativos ao ano anterior, que deverão ser acompanhados por parecer do Conselho Fiscal.
- c) De quatro em quatro anos, e sob a forma de urna aberta, até ao último dia do mês de Março desse ano, para eleição dos membros dos Órgãos Sociais, nos termos do Regulamento Eleitoral.

5. A Assembleia Geral reunirá extraordinariamente sempre que seja convocada pelo Presidente da Mesa ou requerida a sua convocação por qualquer dos Órgãos Sociais com competência para tal, ou por, pelo menos, um terço dos Sócios ordinários e representantes dos agentes desportivos na plenitude do exercício dos seus direitos e, neste caso, com indicação expressa da respectiva ordem de trabalhos.

Artigo 25º

(Competência da Assembleia Geral)

1. A Assembleia Geral é o órgão deliberativo da Associação, competindo-lhe, designadamente:

- a) Eleger ou destituir a Mesa da Assembleia Geral;
- b) Eleger ou destituir, por escrutínio secreto, os titulares dos Órgãos Sociais que devam ser eleitos;
- c) Aprovar e alterar os estatutos;
- d) Deliberar sobre a dissolução da Associação;
- e) Aprovar a demissão e a readmissão de Sócios ordinários e conferir o título de sócio de mérito e honorário;
- f) Aprovar a transferência da sede da Associação para outro local;
- g) Tomar todas as deliberações não compreendidas nas atribuições específicas dos demais Órgãos estatutários.

2. Compete ainda à Assembleia Geral aprovar, sob proposta da Direcção os planos de actividades, orçamentos, relatórios, balanços, documentos de prestação de contas e regulamentos internos.

Artigo 26º

(Impugnação das Deliberações)

1. As deliberações da Assembleia Geral, contrárias à lei ou aos estatutos, quer seja pelo seu objecto, quer em virtude de irregularidades na convocação dos Sócios ou no seu funcionamento, são anuláveis.

2. A anulabilidade das deliberações da Assembleia Geral poderá ser arguida, nos tribunais competentes pelo presidente da Direcção ou qualquer sócio ordinário ou representante de agentes desportivos, que não tenha votado as mesmas.

3. As deliberações sobre questões estritamente desportivas que tenham por fundamento a violação de normas de natureza técnica ou de carácter disciplinar não são impugnáveis nem susceptíveis de recurso fora das instâncias competentes da AGN.

4. A anulabilidade prevista nos artigos anteriores deverá ser arguida dentro do prazo de seis meses. Tratando-se de sócio ordinário ou representante de agentes desportivos que não foi regularmente convocado para a reunião da Assembleia, o prazo conta-se a partir da data em que teve conhecimento da deliberação em causa.
5. A anulação das deliberações da Assembleia Geral não prejudica os direitos que terceiros de boa-fé hajam adquirido em execução das deliberações anuláveis.

Artigo 27º

(Suspensão das Deliberações)

1. A execução das deliberações da Assembleia Geral, contrárias à lei ou aos estatutos, pode ser suspensa, no prazo de cinco dias, a requerimento de qualquer sócio ordinário ou representante de agentes desportivos, dirigido ao tribunal competente, que justifique a sua qualidade e demonstre que essa execução pode causar dano apreciável.
2. O prazo para o requerimento da suspensão conta-se da data da Assembleia Geral em que as deliberações foram tomadas ou, se o requerente não tiver sido regularmente convocado para a mesma, da data em que ele teve conhecimento das deliberações.

Secção III

Mesa da Assembleia Geral

Artigo 28º

(Mesa da Assembleia Geral)

1. A Mesa da Assembleia Geral é constituída por um Presidente, um Vice-Presidente, um primeiro e um segundo Secretários.
2. Compete à Mesa da Assembleia Geral organizar os processos eleitorais, decidir sobre os protestos e reclamações respeitantes aos actos eleitorais, sem prejuízo de recurso nos termos legais e conferir posse aos titulares dos corpos gerentes eleitos.
3. Ao Presidente da Mesa ou, na sua falta ou impedimento, ao Vice-Presidente, compete a convocação das reuniões da Assembleia Geral e a orientação, direcção e disciplina dos respectivos trabalhos.
4. Compete aos Secretários coadjuvar o Presidente, ou se for o caso, o Vice-Presidente, na orientação dos trabalhos, elaborar as actas das reuniões e substituí-los nas suas faltas e impedimentos.
5. No caso de falta ou impedimento temporário de um ou mais membros da Mesa, estes serão substituídos apenas naquela reunião, por escolha de um ou mais delegados, de entre os presentes na Assembleia Geral.

Secção IV

Presidente

Artigo 29º

(Competência)

O Presidente da Direcção representa a Associação, assegura o seu regular funcionamento e promove a colaboração entre os seus Órgãos Sociais, competindo-lhe especialmente:

- a) Representar a Associação junto da Federação de Ginástica de Portugal;
- b) Representar a Associação junto da Administração Pública, em matérias da sua estrita competência regional;
- c) Representar a Associação em juízo e fora dele;
- d) Convocar as reuniões da direcção e dirigir os respectivos trabalhos;
- e) Requerer ao presidente da Mesa da Assembleia Geral a convocatória de reuniões extraordinárias;
- f) Assegurar a organização e o funcionamento dos serviços, bem como a escrituração dos livros, nos termos da lei;
- g) Assegurar a gestão dos recursos humanos e financeiros da AGN;
- h) Criar e contratar, caso o entenda necessário, uma comissão executiva e/ou cargo de Secretário-Geral, para conferir maior eficácia à gestão corrente dos negócios associativos;
- i) Presidir ao Fórum Gímico.

Secção V

Direcção

Artigo 30º

(Direcção)

1. A Direcção é constituída por um número ímpar de membros, num mínimo de cinco e um máximo de onze.
2. A Direcção será composta por um Presidente, de um a três Vice-Presidentes, um ou dois Secretários, um ou dois Tesoureiros, e Directores, no número sobran­te de elementos.

Artigo 31º

(Funcionamento)

1. A Direcção deverá reunir ordinariamente, pelo menos uma vez por mês, competindo ao Presidente convocar as reuniões.
2. A Direcção reunirá extraordinariamente sempre que seja convocada pelo seu Presidente ou requerida a sua convocação pela maioria dos seus membros.

Artigo 32º

(Competência)

1. A Direcção é o órgão colegial de planeamento, execução e gestão da AGN competindo-lhe, com ressalva das atribuições dos outros Órgãos, praticar todos os actos de administração, e em especial:
 - a) Cumprir e fazer cumprir os estatutos e os regulamentos internos e executar as deliberações dos restantes Órgãos Sociais;
 - b) Apreciar e punir de acordo com as condições fixadas no Regulamento Disciplinar;

- c) Admitir novos Sócios, nas condições regulamentares;
- d) Administrar os fundos da Associação, promover a arrecadação de receitas e a liquidação de despesas e organizar o registo contabilístico e documental dos actos de gestão financeira;
- e) Contratar e despedir funcionários ou colaboradores, fixando as condições e outorgando os respectivos contratos;
- f) Nomear comissões, criar e organizar os serviços administrativos, técnicos e financeiros que entenda necessários;
- g) Manter actualizado o inventário dos bens da Associação;
- h) Submeter a parecer dos Conselhos Fiscal, Disciplinar ou Jurisdicional os assuntos sobre os quais aqueles Órgãos, pelas suas atribuições, devam pronunciar-se;
- i) Estabelecer as condições e autorizar a utilização das instalações da Associação;
- j) Estabelecer o calendário das provas e competições da AGN;
- k) Organizar as provas e competições referidas na alínea anterior;
- l) Promover reuniões com os clubes e as entidades praticantes das modalidades gímnicas, que entenda necessárias;
- m) Organizar ou patrocinar nos termos definidos pelas entidades competentes, todos os cursos de formação gímnica que julgue convenientes;
- n) Organizar e manter actualizadas fichas individuais dos ginastas inscritos na AGN

2. Compete ainda à Direcção, elaborar e submeter à aprovação da Assembleia Geral:

- a) Os planos de actividades, orçamentos, relatórios, balanços e documentos de prestação de contas e regulamentos internos;
- b) Propostas de alteração dos Estatutos e dos regulamentos internos;
- c) A atribuição da qualidade de Sócios de mérito e honorário;

Artigo 33º

(Vinculação)

A AGN obriga-se, em quaisquer actos ou contratos, mediante a intervenção de dois dos membros da Direcção, devendo um deles, obrigatoriamente, ser o Presidente.

Secção VI

Conselho Fiscal

Artigo 34º

(Conselho Fiscal)

1. O Conselho Fiscal é constituído por três membros, sendo um deles Presidente, e os outros dois, Relatores.
2. Um dos membros do Conselho Fiscal será obrigatoriamente Técnico Oficial de Contas ou Revisor Oficial de Contas.

Artigo 35º

(Funcionamento)

1. O Conselho Fiscal deverá reunir ordinariamente, pelo menos, uma vez por ano.

2. O Conselho Fiscal reunirá extraordinariamente sempre que seja convocado pelo seu Presidente ou requerida a sua convocação pela maioria dos seus membros, pela Assembleia Geral ou a pedido do Presidente da Direcção.

Artigo 36º

(Competência)

O Conselho Fiscal é o órgão de jurisdição e fiscalização dos actos de gestão económica e financeira da AGN, competindo-lhe nomeadamente:

- a) Fiscalizar o cumprimento da lei;
- b) Emitir parecer sobre o relatório, balanço e documentos de prestação de contas da Direcção;
- c) Verificar a regularidade dos livros, registos contabilísticos e documentos que lhe servem de suporte;
- d) Reunir com a Direcção sempre que o entenda conveniente e dar parecer sobre os assuntos da sua esfera de competência, sempre que tal lhe seja solicitado;
- e) Requerer ao presidente da Mesa da Assembleia Geral a convocatória de reuniões extraordinárias;
- f) Solicitar à Direcção quaisquer documentos ou peças contabilísticas necessárias à cabal execução da tarefa que lhe está confiada;
- g) Acompanhar o funcionamento da AGN, participando aos Órgãos Sociais competentes, as irregularidades de que tenha conhecimento.

Secção VII

Conselho Disciplinar

Artigo 37º

(Conselho Disciplinar)

- 1. O Conselho Disciplinar é composto por três membros, sendo um deles, o Presidente e os outros dois, Vogais.
- 2. O Presidente do Conselho Disciplinar deverá ser licenciado em Direito.

Artigo 38º

(Funcionamento)

- 1. O Conselho Disciplinar reunirá sempre que haja justificado motivo, no âmbito das suas atribuições e competências.
- 2. O Conselho Disciplinar elaborará os processos disciplinares a que haja lugar e apreciará os recursos interpostos pelos Sócios sobre as decisões da Direcção, no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

Artigo 39º

(Competência)

O Conselho Disciplinar é o órgão com poderes disciplinares em matéria desportiva, competindo-lhe:

- a) Apreciar e punir, em primeira instância, as infracções disciplinares, em matéria desportiva, nos termos legais e dos regulamentos associativos;

- b) Aplicar e julgar, em primeira instância, os protestos apresentados pelos clubes e praticantes, no âmbito das competições organizadas pela Associação.
- c) Conhecer dos recursos interpostos pelos Sócios, das sanções aplicadas pela Direcção em matérias não estritamente desportivas.

Secção VIII

Conselho Jurisdicional

Artigo 40º

(Conselho Jurisdicional)

1. O Conselho Jurisdicional é composto por três membros, sendo um deles, o Presidente e os outros dois, Vogais.
2. O Presidente do Conselho Jurisdicional deverá ser licenciado em Direito.

Artigo 41º

(Funcionamento)

1. O Conselho Jurisdicional reunirá sempre que haja justificado motivo, no âmbito das suas atribuições e competências.
2. O Conselho Jurisdicional emitirá parecer ou decidirá sobre os recursos que lhe sejam presentes, no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

Artigo 42º

(Competência)

O Conselho Jurisdicional é o órgão de recurso das decisões disciplinares em matéria desportiva, competindo-lhe:

- a) Conhecer dos recursos interpostos das decisões disciplinares, proferidos pelo Conselho Disciplinar;
- b) Apoiar os restantes corpos gerentes, sempre que solicitado, na interpretação dos Estatutos, regulamentos internos e disposições legais no âmbito da modalidade;
- c) Emitir parecer sobre outras questões de índole legal que lhe sejam presentes pelos Sócios ordinários.

Secção IX

Fórum Gímnico

Artigo 43º

(Fórum Gímnico)

1. O Fórum Gímnico é constituído:

- a) Pelos ex-membros dos Órgãos Sociais da Associação que hajam desempenhado a função de Presidente;

- b) Por um número de até cinco praticantes de disciplinas gímnicas e por um número de até dez personalidades de reconhecido mérito desportivo ou outras directamente interessadas na prossecução do objecto social da AGN, por nomeação da Direcção.

2. Integram ainda o Fórum Gímnico, por inerência do cargo, os Presidentes de todos os Órgãos Sociais em funções ou os seus legítimos substitutos.

3. A presidência do Fórum Gímnico é exercida pelo Presidente da Direcção.

Artigo 44º

(Funcionamento)

1. O Fórum Gímnico reunirá, pelo menos, uma vez por ano.
2. As reuniões são convocadas por comunicação escrita e publicação no sítio da Associação na internet, com a antecedência mínima de dez dias.
3. O mandato dos membros do Fórum Gímnico é coincidente com o mandato dos titulares dos Órgãos Sociais da Associação.

Artigo 45º

(Competência)

O Fórum Gímnico é um órgão com carácter exclusivamente consultivo, competindo-lhe:

- a) Emitir parecer sobre qualquer assunto que lhe seja submetido pela Direcção, no âmbito da modalidade;
- b) Recolher e prestar informações complementares que sirvam de suporte às deliberações da Direcção;

CAPÍTULO V

Património e regime financeiro

Artigo 46º

(Ano social)

O ano social coincidirá com o ano civil.

Artigo 47º

(Património)

O património da AGN é constituído:

- a) Pelos bens móveis e imóveis que venha a adquirir a título oneroso ou gratuito e pelo conjunto de valores activos e passivos constantes do balanço anual;
- b) Pelas contribuições entregues pelos Sócios;
- c) Por quaisquer rendimentos ou benefícios que os bens, actividades e instalações Sociais possam produzir;
- d) Por quaisquer outros bens que lhe sejam transmitidos a título gratuito ou oneroso;
- e) Pelo produto da alienação de bens imóveis ou de direitos de superfície de que seja titular e possa alienar.

Artigo 48º

(Receitas)

Constituem receitas da Associação:

- a) As taxas de filiação de acordo com o Regulamento da Federação de Ginástica de Portugal;
- b) As inscrições das provas e competições que organiza;
- c) O produto de multas, cauções, indemnizações e quaisquer outras importâncias que, nos termos regulamentares, devam reverter a seu benefício;
- d) As taxas cobradas por licenças, inscrições, transferências, emissões de cartões, venda de impressos, brochuras ou publicações;
- e) Os donativos e as participações financeiras do Estado e outros organismos oficiais;
- f) As receitas provenientes de contratos-programa celebrados com a Federação de Ginástica de Portugal;
- g) As doações, heranças e legados;
- h) As receitas extraordinárias e quaisquer outros rendimentos permitidos por lei.

Artigo 49º

(Despesas)

Constituem despesas da Associação:

- a) Os encargos com a manutenção das instalações, conservação de equipamentos e o pagamento dos serviços;
- b) O custo das deslocações a efectuar pelos membros dos Órgãos Sociais, e das despesas com o cumprimento das suas competências e atribuições;
- c) Os subsídios e subvenções aos clubes e entidades filiadas;
- d) Os encargos que resultam do exercício das suas actividades, em cumprimento dos Estatutos, dos regulamentos internos e as que lhe sejam impostas por lei.

CAPÍTULO VI

Distinções Honoríficas

Artigo 50º

(Galardões)

Para premiar os relevantes serviços prestados à modalidade, a dedicação e o reconhecimento ao mérito associativo e desportivo, a AGN instituirá galardões de harmonia com o disposto em Regulamento próprio, inserido no Regulamento Geral.

CAPÍTULO VII

Disposições finais e transitórias

Artigo 51º

(Alteração dos Estatutos)

As deliberações sobre a alteração dos estatutos só poderão ser tomadas com o voto favorável de 75%, dos delegados presentes na Assembleia Geral.

Artigo 52º

(Dissolução da Associação)

1. Para além das causas legais, a Associação só poderá ser dissolvida por motivos de tal forma grave e insuperáveis, que se torne impossível a realização do seu objecto social.
2. A dissolução deverá ser deliberada em reunião da Assembleia Geral expressamente convocada para o efeito.
3. A deliberação sobre a dissolução da AGN requer uma maioria qualificada de 85% da totalidade dos Sócios ordinários e representantes de agentes desportivos, no pleno gozo dos seus direitos estatutários.
4. A Assembleia Geral que deliberar sobre a dissolução, terá obrigatoriamente que definir a distribuição do património líquido, se o houver.

Artigo 53º

(Publicitação de Actos e Decisões)

1. A AGN deverá publicitar as suas decisões através de disponibilização na sua página da internet e por qualquer outra forma considerada adequada de todos os dados relevantes e actualizados relativos à sua actividade, em especial:
 - a) Estatutos e regulamentos internos, em versão consolidada e actualizada, com menção expressa das deliberações que aprovaram as diferentes redacções das normas neles constantes;
 - b) As decisões integrais dos Órgãos disciplinares ou jurisdicionais e a respectiva fundamentação;
 - c) Os orçamentos e as contas dos últimos três anos, incluindo os respectivos balanços;
 - d) Os planos e relatórios de actividades dos últimos três anos;
 - e) A composição dos Órgãos Sociais;
 - f) Os contactos da AGN e dos respectivos titulares dos Órgãos Sociais (endereço, telefone, fax e correio electrónico).
2. Na publicitação das decisões referidas na alínea b) do número anterior será observado o regime legal de protecção de dados pessoais.

Artigo 54º

(Casos Omissos)

Os casos omissos nestes Estatutos e nos regulamentos internos serão resolvidos, em primeira instância pela Direcção que, se assim o entender, solicitará parecer ao Conselho Jurisdicional, com recurso para a Assembleia Geral.

Artigo 55º

(Escritura, publicação e entrada em vigor)

1. No prazo de 30 dias após a Assembleia Geral de aprovação dos presentes estatutos deve realizar-se a respectiva escritura pública, seguindo-se a publicação obrigatória, nos termos da lei.
2. Os presentes estatutos entram em vigor no primeiro dia útil seguinte ao da publicação referida no número anterior.
3. É incumbido o Presidente da Direcção de dar execução ao disposto no número um deste artigo.